



Relatório de Gestão 2020

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.



Handwritten signature in blue ink.



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2020 da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("MDS RE").

1. Enquadramento Macroeconómico

MUNDO

O ano de 2020 começou com alguns riscos geopolíticos no horizonte antecipando um contexto de alguma incerteza. Porém, o nível de incerteza haveria de escalar para patamares mais elevados e sem precedentes quando, a partir de finais de janeiro, foram identificados em diferentes geografias surtos de infeção por um novo coronavírus, o SARS-CoV-2 ("COVID-19").

A sua proliferação internacional levou a Organização Mundial de Saúde ("OMS") a declarar, em Março 2020, o surto como uma pandemia. Desde esse momento, autoridades políticas e sanitárias por todo o mundo têm encetado esforços para controlar a transmissão do COVID-19 e manter a capacidade de resposta dos seus sistemas de saúde, que conduziram a períodos de confinamento generalizado da população, ao encerramento de fronteiras e à limitação de um vasto conjunto de atividades económicas em diferentes momentos ao longo do ano de 2020.

Estas limitações e os receios dos agentes económicos se exporem a situações de risco para a sua saúde deram por sua vez origem a novos padrões de mobilidade, de trabalho e de consumo, que fomentaram novas práticas e hábitos, desde o trabalho remoto ao comércio digital.



Ao desafio sanitário e humanitário que se colocou durante o ano de 2020 às sociedades em todo o mundo, somou-se o desafio económico, com a redução abrupta da atividade económica a aumentar a pressão financeira sobre empresas.

De uma forma geral, os Governos reagiram de forma expedita aos primeiros sinais de crise, com a flexibilização de programas de *lay-off* e a introdução de estímulos económicos e financeiros sem precedentes na história recente, no sentido de amparar as perdas de rendimento de empregadores, trabalhadores e desempregados.

Também as autoridades monetárias utilizaram os instrumentos de política ao seu dispor para garantir a liquidez nos mercados financeiros e reduzir o impacto da crise no setor bancário e no custo de financiamento da dívida pública.

Apesar destes esforços terem contribuído para reduzir as consequências económicas da crise sanitária, não evitaram a maior contração na história recente da **Economia Mundial**, que registou uma redução de -3,5% do PIB, em termos reais, em 2020 (vs. +2,8% em 2019).

Na **Zona Euro**, o impacto económico da crise sanitária fez-se sentir de forma mais intensa e assimétrica, não obstante os estímulos económicos sem precedentes introduzidos pelos Governos dos vários países que a compõe.

Em termos agregados, o PIB real caiu -7,2% em 2020 (vs. +1,3% em 2019), contudo, as economias mais dependentes da atividade turística internacional foram as mais penalizadas, nomeadamente os casos de Espanha, Itália Grécia e Portugal.

Em contraste, a acentuada quebra das receitas fiscais, em resultado da quebra da atividade económica, e o aumento expressivo da despesa pública na sequência das iniciativas governamentais de combate à crise, conduziram a um aumento sem precedentes na dívida pública do conjunto da Zona Euro para 98,4% do PIB (vs. 84,0% do PIB em 2019).



Face à iminente deterioração das contas públicas, em especial dos países mais endividados da periferia europeia, a Comissão Europeia suspendeu temporariamente as regras de disciplina orçamental previstos no Pacto de Estabilidade e Crescimento, e encetou esforços para aprovar um programa de estímulos conjunto, alinhado com as suas prioridades estratégicas, no sentido de impulsionar a recuperação económica da União Europeia (UE).

Estes esforços traduziram-se na aprovação do programa "*Next Generation EU*" e no reforço do orçamento plurianual da UE para o período 2021-2027, que no seu conjunto totalizam cerca de 1,8 biliões de euros.

PORTUGAL

Em Portugal, a deterioração da situação epidemiológica desde meados de março conduziu à introdução de medidas de afastamento social restritivas e à limitação abrangente da atividade económica, com o País a decretar o primeiro estado de emergência e conseqüente confinamento generalizado a 18 de março.

No sentido de minimizar o impacto económico destas limitações, o Governo introduziu um conjunto de medidas extraordinárias com o propósito de preservar a estrutura produtiva nacional e proteger o rendimento dos agentes económicos.

Porém, estas medidas não evitaram a profunda deterioração do PIB durante o segundo trimestre, tendo contraído -16,4%. O levantamento gradual das restrições a partir de maio permitiu uma recuperação económica significativamente mais rápida do que inicialmente prevista, sobretudo no 3º trimestre. Contudo, esta tendência foi atenuada no final do ano após o rápido crescimento do número de casos de infeção de COVID-19 a partir de final de setembro.

No acumulado do ano, o PIB real reduziu -7,6% fruto da drástica redução das despesas das famílias, em especial nos serviços, e do colapso das exportações de serviços, reflexo da estagnação do turismo internacional.



As condições do mercado de trabalho registaram uma deterioração bastante menos severa do que antecipado, em virtude da redução da taxa de atividade e da adesão massificada de empresas e trabalhadores ao programa de *lay-off* simplificado, uma das medidas introduzidas pelo Governo após o despoletar da crise. A taxa de desemprego situou-se nos 6,8% em 2020, depois de ter atingido 6,5% em 2019, o nível mais baixo dos últimos 18 anos.

A redução generalizada da procura agregada pressionou em baixa o nível geral de preços, com a inflação a encerrar o ano de 2020 em terreno negativo (-0,1% em 2020 vs. +0,3% em 2019), apesar do crescimento acelerado do nível geral de preços dos Produtos Alimentares não-Processados (+5,0% em 2020 vs. +0,2% em 2019).

Depois de vários anos de crescimento robusto, o consumo privado sofreu em 2020 uma quebra sem precedentes na história recente em virtude dos constrangimentos à mobilidade e à atividade comercial, e do desmoronamento da confiança dos consumidores, receosos das consequências da crise para as suas finanças pessoais.

No entanto, a contenção do impacto da crise no mercado de trabalho, aliada ao aumento significativo dos apoios sociais, criou condições para que o rendimento disponível das famílias encerrasse 2020 sem registar uma queda, depois de 5 anos consecutivos de crescimento acelerado.

Também de forma contrastante com a redução da atividade económica, as condições financeiras mantiveram-se favoráveis ao longo do ano, com taxas de juro a permanecerem em níveis baixos como reflexo das decisões de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu. No entanto, o elevado nível de incerteza que vigorou desde meados de março e a redução da confiança das famílias conduziram a uma redução abrupta da atividade de crédito ao consumo e a um aumento histórico do nível de poupança.



A redução das despesas das famílias foi mais pronunciada nos bens duradouros e nos serviços. No retalho, o total das vendas caiu -5,7% em 2020 (vs. +3,0% em 2019), em termos nominais, em resultado da redução acentuada das vendas de Produtos não-alimentares (-11,8% em 2020 vs. +3,1% em 2019). Em contraste com a dinâmica das vendas no retalho não alimentar, as vendas nominais de Alimentos, Bebidas e Tabaco aumentaram +1,8% durante o ano de 2020 (vs. +2,9% em 2019).

ÁFRICA

Africa enfrentou em 2020 o desafio económico, social e sanitário da pandemia COVID-19. De acordo com o Outlook do FMI (outubro 2020), estima-se um decréscimo do PIB em - 1.3% e -3.3%, respetivamente no Norte de Africa e na Africa Sub-sariana, valores inferiores à média global -4.4%. O impacto no crescimento foi mais severo nos países dependentes das exportações de petróleo, como a Nigéria e Angola.

Em 2020 a economia **Angolana** enfrentou uma recessão, resultante principalmente do choque externo provocado pelo COVID-19, que impactou fortemente a procura de petróleo e o seu preço. No final de 2020 o preço do petróleo recuperou para cerca 50 USD/por barril, tendência esta que, a manter-se, afetarà positivamente a economia angolana, muito dependente das exportações de petróleo. Em 2020 crescimento do PIB foi negativo em - 4% e a taxa de inflação de 21%. Para 2021 o FMI prevê um crescimento económico de +0,4% e uma taxa de inflação de cerca de 19%.

A economia **Mocambicana** sofreu o impacto negativo do COVID e da instabilidade política no norte do país, o que se traduziu numa recessão em 2020 (crescimento económico de -0.5%). O FMI prevê um crescimento em 2021 em +2,0%.



2. Atividade operacional

2020 foi um ano atípico para a generalidade os negócios e o Resseguro não foi exceção.

As medidas de “lockdown” e distanciamento social decorrentes da crise da Pandemia criaram uma rutura na forma tradicional de fazer negócios não deixando às empresas outra alternativa a não ser um forte investimento no Digital e de forma bastante acelerada, pois ao serem obrigados a manter os seus colaboradores a trabalhar remotamente, Cedentes e Resseguradores tiveram de se “reinventar” e abraçar estes desafios tecnológicos para continuar a operar.

O Mercado passou a ser movido pelas operações online, telemarketing e reuniões de negócios virtuais, mas a necessária adaptação das empresas a esta economia digital, originou fatores acrescidos de incerteza, o que implicou um grande esforço e uma gestão muito proactiva dos riscos e oportunidades.

No entanto, e apesar do contexto de grande incerteza do mercado, o ano de 2020 foi, para a MDS RE, um ano excelente, que apenas não foi traduzido em resultados operacionais positivos devido à imparidade registada com o saldo a receber do cliente “Global Seguros – Companhia Angolana de Seguros, S.A., que se confirmou como não recuperável durante o exercício de 2020.

Para o crescimento observado contribuíram essencialmente o enfoque estratégico na angariação e vinculação de clientes, em Portugal e África, especialmente em Angola e Moçambique e no reforço do relacionamento com o mercado de resseguro em geral e particularmente com o mercado Regional Africano.

Assinalamos, para além da entrada de alguns novos negócios de Resseguro facultativo, a conquista de um novo cliente de enorme potencial, a ENSA em Angola, e também, não menos importante, a consolidação dos negócios de



“Tratados” que conseguimos manter e desenvolver junto dos já nossos clientes; Emose em Moçambique, BIC, Global e NOSSA em Angola.

Continuamos a desenvolver várias ações de cross-selling com o Grupo MDS, em especial o suporte técnico a grandes clientes pertencentes à MDS Angola, MDS Moçambique e à MDS Portugal.

3. Desempenho operacional

Em 2020, a MDS RE apresentou um volume de negócios de 413 mil euros (345 mil euros em 2019), o que representa um aumento de 20% face ao ano anterior.

Quanto ao resultado operacional melhorou substancialmente registando um valor negativo de 6 mil euros face aos 79 mil negativos em 2019 fruto de uma operação cada vez mais eficiente e direcionada por parte da empresa.

Em 2020 registou um Resultado Líquido negativo de 18 mil euros o que compara com um resultado negativo de 102 mil euros verificado em 2019.

4. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2020, a MDS RE obteve um Resultado Líquido negativo de 18.602,34 euros (dezoito mil seiscentos e dois euros e trinta e quatro cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que este resultado seja transferido para Resultados Transitados.



5. Perspetivas para 2021

Considerando que 2021 não será muito diferente de 2020, com a situação de Pandemia a manter-se e com ela as regras de confinamento, a utilização dos meios remotos na condução do negócio continuará a ser chave.

Mas apesar do contexto económico desafiante que se prevê continuar no ano de 2021, este deverá ser mais um ano de evolução para a MDS RE.

Procuraremos expandir o negócio com base em:

- Consolidação e aumento da carteira de clientes nas geografias onde já estamos presentes
- Abordagem a novos Clientes com potencial para nos proporcionarem negócio Facultativo:
- Continuar a explorar as oportunidades existentes na carteira da MDS e apoiar os projetos relevantes sempre que a necessidade de resseguro exista;
- Explorar as possibilidades de negócio junto da Brokerslink, sobretudo Espanha, França e países Africanos;
- Desenvolvimento e consolidação do relacionamento com o mercado de Resseguro para obtenção de “novas” Capacidade / soluções de valor acrescentado para os nossos clientes
- Desenvolvimento de soluções de “nicho” para alguns sectores de atividade clientes que nos possam diferenciar da concorrência, de que são exemplo o *Oil & Gas*, o Sector Financeiro e dos Transportes, em Moçambique e em Angola.

A nível operacional continuaremos a apostar no melhoramento da eficácia operacional, através do investimento em processos e em recursos humanos.



Porto, 30 de abril de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(João Manuel Pontes Alvadia)

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 3º – 4100-130 Porto

Capital Social 50.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação
510 351 808

Relatório e Contas

31 de dezembro de 2020

M. S. S. *M. S. S.*
tel
n

MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Montantes expressos em Euros)

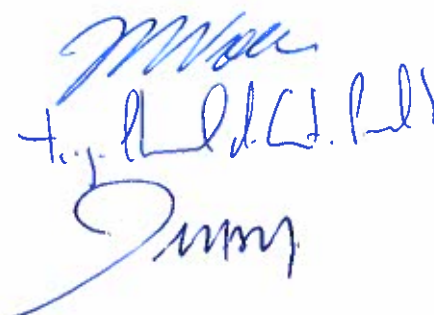
| ACTIVO | Notas | 31.Dezembro.2020 | 31.Dezembro.2019 |
|--|-----------|----------------------------|----------------------------|
| ATIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Participações financeiras - outros métodos | 7 | 9,114.77 | 9,114.77 |
| | | <u>9,114.77</u> | <u>9,114.77</u> |
| ATIVOS CORRENTES: | | | |
| Clientes | 5 e 8 | 1,129,699.51 | 1,539,079.94 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 1,671.12 | 5,983.27 |
| Outras contas a receber | 5 e 10 | 89,072.61 | 54,040.27 |
| Diferimentos | 11 | 2,613.17 | 2,819.19 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 e 5 | 135,785.17 | 84,907.74 |
| Total de ativos correntes | | <u>1,358,841.58</u> | <u>1,686,830.41</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>1,367,956.35</u> | <u>1,695,945.18</u> |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 12 | 50,000.00 | 50,000.00 |
| Reservas Legais | 12 | 7,313.91 | 7,313.91 |
| Outros instrumentos de capital próprio | 12 | 350,000.00 | 70,000.00 |
| Resultados transitados | | (156,633.11) | (55,061.86) |
| Resultado líquido do exercício | | (18,602.34) | (101,571.25) |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | <u>232,078.46</u> | <u>(29,319.20)</u> |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Acionistas | 5, 9 e 25 | 300,000.00 | 300,000.00 |
| Total de passivos não correntes | | <u>300,000.00</u> | <u>300,000.00</u> |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Fornecedores | 13 | 362.65 | 274.57 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 10,430.55 | 10,888.37 |
| Outras contas a pagar | 5 e 15 | 825,084.69 | 924,101.44 |
| Acionistas | 5, 9 e 25 | - | 490,000.00 |
| Total de passivos correntes | | <u>835,877.89</u> | <u>1,425,264.38</u> |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | <u>1,367,956.35</u> | <u>1,695,945.18</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

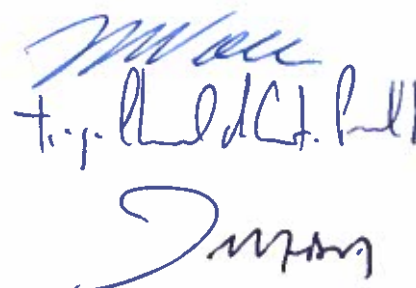
| | Notas | 31.Dezembro.2020 | 31.Dezembro.2019 |
|---|-------|------------------|------------------|
| Vendas e prestações de serviços | 17 | 413,791.40 | 345,017.17 |
| Fornecimentos e serviços externos | 18 | (50,308.54) | (81,472.81) |
| Gastos com o pessoal | 19 | (255,979.93) | (192,627.33) |
| Provisões e perdas por imparidade | 20 | (97,492.00) | - |
| Outros rendimentos e ganhos | 21 | 1,357.52 | 18,492.81 |
| Outros gastos e perdas | 22 | (17,713.47) | (168,747.86) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | (6,345.02) | (79,338.02) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | (6,345.02) | (79,338.02) |
| Juros e gastos similares suportados | 23 | (10,106.41) | (18,794.87) |
| Resultado antes de impostos | | (16,451.43) | (98,132.89) |
| Imposto sobre o rendimento | 24 | (2,150.91) | (3,438.36) |
| Resultado líquido individual do exercício | | (18,602.34) | (101,571.25) |
| Resultados por acção (básico e diluído) | | (1.860) | (10.157) |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE - Mediador de Resseguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

| Notas | Capital social | Outros instrumentos de capital próprio | Reservas legais | Resultados transitados | Resultado líquido | Total |
|-------------------------------------|----------------|--|-----------------|------------------------|-------------------|--------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2019 | 50,000.00 | 301,102.61 | - | (194,026.24) | 146,278.29 | 303,354.66 |
| Aplicação do resultado do exercício | - | - | - | - | - | - |
| Prestações Suplementares | - | (231,102.61) | 7,313.91 | 138,964.38 | (146,278.29) | (231,102.61) |
| Resultado Líquido do exercício | - | - | - | - | (101,571.25) | (101,571.25) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2019 | 50,000.00 | 70,000.00 | 7,313.91 | (55,061.86) | (101,571.25) | (29,319.20) |
| Saldo em 1 de Janeiro de 2020 | 50,000.00 | 70,000.00 | 7,313.91 | (55,061.86) | (101,571.25) | (29,319.20) |
| Aplicação do resultado do exercício | - | - | - | (101,571.25) | 101,571.25 | - |
| Prestações Suplementares | - | 280,000.00 | - | - | - | 280,000.00 |
| Resultado Líquido do exercício | - | - | - | - | (18,602.34) | (18,602.34) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2020 | 50,000.00 | 350,000.00 | 7,313.91 | (156,633.11) | (18,602.34) | 232,078.46 |

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

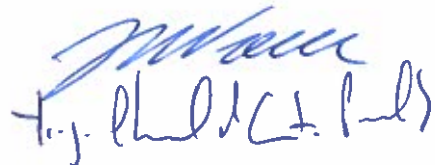
| | Notas | 31.Dezembro.2020 | 31.Dezembro.2019 |
|--|-------|---------------------|---------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Recebimentos de clientes | | 566,907.30 | 254,966.72 |
| Pagamentos a fornecedores | | (47,229.74) | (84,848.99) |
| Pagamentos ao pessoal | | (241,099.72) | (200,370.60) |
| Fluxos gerados pelas operações | | <u>278,577.84</u> | <u>(30,252.87)</u> |
| (Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento | | 4,080.66 | (22,723.18) |
| Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional | | (4,409.37) | (7,053.47) |
| Fluxos das atividades operacionais (1) | | <u>278,249.13</u> | <u>(60,029.52)</u> |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Fluxos das atividades de investimento (2) | | - | - |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos respeitantes a: | | | |
| Aumentos capital, prest.supl.,pr.emissão | 12 | 280,000.00 | - |
| Financiamentos obtidos | 25 | 280,000.00 | 860,000.00 |
| | | <u>560,000.00</u> | <u>860,000.00</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | 25 | (770,000.00) | (560,000.00) |
| Juros e gastos similares | | (17,371.70) | (14,899.18) |
| Reduções capital, prest.supl.,pr.emissão | 12 | - | (231,102.61) |
| | | <u>(787,371.70)</u> | <u>(806,001.79)</u> |
| Fluxos das atividades de financiamento (3) | | <u>(227,371.70)</u> | <u>53,998.21</u> |
| Varição de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3) | | <u>50,877.43</u> | <u>(6,031.31)</u> |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 4 | 84,907.74 | 90,939.05 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 4 | <u>135,785.17</u> | <u>84,907.74</u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("Empresa" ou "MDS RE") anteriormente denominada MDS Africa, SGPS, S.A. tem sede na Avenida da Boavista, 1277/81 - 3º, Porto e foi constituída em 15 de Outubro de 2012, com o objeto social de gestão de participações sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas, sendo que em agosto de 2015 procedeu à alteração do objeto social da Empresa, passando a sua atividade para a mediação de resseguros.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido - Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

Em 30 de Dezembro de 2016, a totalidade das ações da Empresa que eram detidas pela MDS, SGPS, SA foram alienadas à empresa MDS África, SGPS, SA pelo que, à data de 31 de dezembro de 2020, a MDS África, SGPS, SA é a única acionista da Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, nomeadamente o apoio atual e futuro do seu acionista, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (se aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| <u>Tipo de bem</u> | <u>Anos</u> |
|----------------------------|-------------|
| Equipamento administrativo | 3 |

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Handwritten signatures and initials:
 N. 2020
 J. M.
 T. P.
 R.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5 Instrumentos financeiros

A MDS RE classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 5.

a) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

b) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registrados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registrados no passivo ao custo amortizado.

f) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expecável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Empresa integrou durante os exercícios fiscais de 2013 a 2015 no RETGS ("Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades") dominado pela acionista MDS SGPS, tendo sido registados na rubrica "Acionistas" todas as contas a receber e a pagar relativas a Imposto sobre o rendimento. Em 2016, com alienação da totalidade das ações à empresa MDS África, SGPS, SA, a Empresa sai do RETGS, pelo que o imposto sobre o rendimento de 2016 encontra-se registado na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expetável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que respeitam.

Sendo uma entidade especializada no desenvolvimento e negociação de soluções de corretagem de resseguro, e exercendo a sua atividade, em Portugal e em África, o seu objetivo estratégico passa por



tornar-se broker de resseguro de referência nestes mercados, com base numa equipa especializada de trabalho e na oferta das melhores soluções disponíveis a cada momento, com vista a garantir uma adequada mitigação dos riscos. Apesar do seu foco ser essencialmente ao nível da conceção de programas de resseguro, a MDS RE presta igualmente serviços de consultoria de seguros para Entidades Financeiras, em operações de Project Finance, M&A e outras estruturas semelhantes, desenvolvendo trabalhos de due diligence técnico.

O rédito é reconhecido quando o mesmo possa ser estimado com fiabilidade, exista benefício económico e a partir do momento em que os riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos Acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes, são registados os ganhos e perdas imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

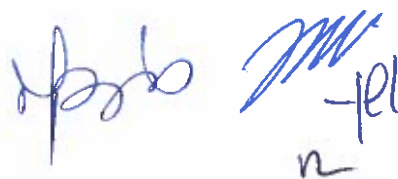
3.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

Handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, a signature that appears to be 'MDS RE'. On the right, a signature that appears to be 'MDS RE' with 'tel' and 'n' written below it.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
|--|------------------|------------------|
| Numerário | 6,988.82 | 7,082.38 |
| Depósitos bancários | 128,796.35 | 77,825.36 |
| Caixa e equivalentes de caixa no balanço | 135,785.17 | 84,907.74 |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa | 135,785.17 | 84,907.74 |

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As políticas contábilísticas apresentadas na Nota 3.5 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:

Ativos Financeiros

| | Nota | 31.dezembro.2020 | | 31.dezembro.2019 | |
|-------------------------------|------|--------------------------------------|---------------------|--------------------------------------|---------------------|
| | | Empréstimos e contas a receber | Total | Empréstimos e contas a receber | Total |
| Ativos correntes | | | | | |
| Clientes | 8 | 1,129,699.51 | 1,129,699.51 | 1,539,079.94 | 1,539,079.94 |
| Outras contas a receber | 10 | 89,072.61 | 89,072.61 | 54,040.27 | 54,040.27 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 135,785.17 | 135,785.17 | 84,907.74 | 84,907.74 |
| | | <u>1,354,557.29</u> | <u>1,354,557.29</u> | <u>1,678,027.95</u> | <u>1,678,027.95</u> |
| | | <u>1,354,557.29</u> | <u>1,354,557.29</u> | <u>1,678,027.95</u> | <u>1,678,027.95</u> |

Passivos Financeiros

| | Nota | 31.dezembro.2020 | | 31.dezembro.2019 | |
|-------------------------------|--------|---------------------------------|---------------------|---------------------------------|---------------------|
| | | Empréstimos e contas a pagar | Total | Empréstimos e contas a pagar | Total |
| Passivos não correntes | | | | | |
| Acionistas | 9 e 25 | 300,000.00 | 300,000.00 | 300,000.00 | 300,000.00 |
| | | <u>300,000.00</u> | <u>300,000.00</u> | <u>300,000.00</u> | <u>300,000.00</u> |
| Passivos correntes | | | | | |
| Fornecedores | 13 | 362.65 | 362.65 | 274.57 | 274.57 |
| Outras contas a pagar | 15 | 825,084.69 | 825,084.69 | 924,101.44 | 924,101.44 |
| Acionistas | 25 | - | - | 490,000.00 | 490,000.00 |
| | | <u>825,447.34</u> | <u>825,447.34</u> | <u>1,414,376.01</u> | <u>1,414,376.01</u> |
| | | <u>1,125,447.34</u> | <u>1,125,447.34</u> | <u>1,714,376.01</u> | <u>1,714,376.01</u> |

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Initials] TEL n

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe e movimento associado a ativos fixos tangíveis é como se segue:

| Ativo bruto | Equipamento administrativo | Total |
|--------------------------------------|----------------------------|----------|
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Depreciações acumuladas | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2020 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2020 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Valor líquido | | |
| A 31 de dezembro de 2020 | - | - |

| Ativo bruto | Equipamento administrativo | Total |
|--------------------------------------|----------------------------|----------|
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2019 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Depreciações acumuladas | | |
| Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Saldo final a 31 de dezembro de 2019 | 1,764.38 | 1,764.38 |
| Valor líquido | | |
| A 31 de dezembro de 2019 | - | - |

7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O detalhe das participações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

| Empresa | % de detenção | 31.dezembro.2020 | |
|----------------|------------------|------------------|-------------|
| | | Saldo inicial | Saldo final |
| Brokerslink AG | 0.005% | 9,114.77 | 9,114.77 |
| Valor bruto | | 9,114.77 | 9,114.77 |
| Valor líquido | | 9,114.77 | 9,114.77 |

Handwritten signatures and initials in blue ink.

| Empresa | 31.dezembro.2019 | | |
|----------------|------------------|---------------|-------------|
| | % de detenção | Saldo inicial | Saldo final |
| Brokerslink AG | 0.005% | 9,114.77 | 9,114.77 |
| Valor bruto | | 9,114.77 | 9,114.77 |
| Valor líquido | | 9,114.77 | 9,114.77 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa procedeu à aquisição de uma participação no capital da sociedade Brokerslink AG que tem por objeto a mediação de seguros e a gestão de risco.

Esta participação financeira encontra-se registada ao custo de aquisição.

8 CLIENTES

O saldo de clientes, de 1.129.699,51 Euros em 31 de dezembro de 2020, respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor. O risco de crédito sobre o presente saldo, encontra-se limitado ao montante de comissões de intermediação de operações de resseguro, na medida em que os montantes a pagar às resseguradoras (Nota 15) estão integralmente dependentes do efetivo recebimento dos clientes.

Em 31 de dezembro 2020 e 2019, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
|---|---------------------|---------------------|
| Não Vencido | 137,713.44 | 111,269.00 |
| Vencido mas sem registo de imparidade | | |
| 0 - 30 dias | 328,932.47 | 203,453.00 |
| 30 - 90 dias | 280,997.97 | 69,856.00 |
| + 90 dias | 382,055.63 | 1,154,501.94 |
| | <u>1,129,699.51</u> | <u>1,539,079.94</u> |
| Vencido mas com registo de imparidade | | |
| 0 - 30 dias | - | - |
| 30 - 90 dias | - | - |
| + 90 dias | 97,492.00 | - |
| | <u>97,492.00</u> | <u>-</u> |
| Perdas de imparidade acumuladas em clientes | 97,492.00 | - |
| | <u>1,129,699.51</u> | <u>1,539,079.94</u> |

Em 31 de dezembro de 2020 a exposição líquida das contas a receber de clientes, considerando os montantes a pagar às resseguradoras ascende a, aproximadamente, 577.000 Euros (689.000 Euros em 31 de dezembro de 2019).

9 ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Acionistas apresenta a seguinte composição:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Acionistas - Passivo não corrente | | |
| Financiamentos obtidos | 300,000.00 | 300,000.00 |
| | <u>300,000.00</u> | <u>300,000.00</u> |

O saldo não corrente da rubrica "Acionistas" diz respeito a suprimentos que não têm maturidade definida e a taxa de juro cumpre com as taxas de mercado.

10 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe das outras contas a receber é como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 84,181.03 | 47,634.38 |
| Outros devedores - partes relacionadas (Nota 25) | 2,000.00 | 2,000.00 |
| Outros devedores | <u>2,891.58</u> | <u>4,405.89</u> |
| | <u>89,072.61</u> | <u>54,040.27</u> |

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Devedores por acréscimos de rendimentos" corresponde essencialmente a comissões de operações de resseguro com entidades africanas.

11 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe de diferimentos é como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Valores devedores | | |
| Seguros | 2,265.34 | 2,441.74 |
| Fornecimentos e serviços externos | | |
| Trabalhos especializados | 263.41 | 377.45 |
| Outros | 84.42 | - |
| | <u>2,613.17</u> | <u>2,819.19</u> |

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Signature]
 n tel

12 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 10.000 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

| | |
|---------------------|------|
| MDS África SGPS, SA | 100% |
|---------------------|------|

A 31 de Dezembro de 2020, o capital da sociedade MDS África, SGPS é detido em 100% pela MDS SGPS, SA. No exercício de 2019, a ON FUK ASIA COMPANY LIMITED alienou a totalidade da sua participação na MDS África, SGPS, SA à MDS SGPS, SA.

Outros Instrumentos de Capital

Durante o exercício de 2016, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2015 no valor de 234.985,31 Euros.

Durante o exercício de 2017, foi efetuada uma entrada de dinheiro para cobertura do resultado negativo de 2016 no valor de 232.754,17 Euros.

No exercício de 2017 foram constituídas Prestações acessórias no valor de 70.000,00 Euros através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Durante o exercício de 2019, foram devolvidas Prestações acessórias no valor de 231.102,61 Euros ao antigo acionista MDS SGPS, SA.

No exercício de 2020 foram constituídas Prestações suplementares no valor de 160.000 Euros e Prestações acessórias no valor de 120.000,00 Euros, ambas através da entrada de dinheiro efetuada pelo acionista. Tais instrumentos seguem o regime jurídico de prestações suplementares não sendo remuneradas.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

13 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores, respetivamente de 362,65 Euros e 274,57 Euros, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 respetivamente, refere-se exclusivamente a valores a pagar a fornecedores decorrentes da normal atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico, aproximadamente, o seu justo valor.



14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe dos saldos com o Estado e outros entes públicos, passivo corrente, é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Valores devedores | | |
| Pagamento especial por conta | 1,671.12 | 1,671.12 |
| Imposto sobre o rendimento | - | 4,312.15 |
| | <u>1,671.12</u> | <u>5,983.27</u> |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 1,919.42 | - |
| Imposto sobre o valor acrescentado | - | 14.08 |
| Retenção na fonte | 3,644.00 | 6,063.00 |
| Contribuições para a Segurança Social | 4,863.60 | 4,808.36 |
| Outros | 3.53 | 2.93 |
| | <u>10,430.55</u> | <u>10,888.37</u> |

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe das outras contas a pagar é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Outros credores - partes relacionadas (Nota 25) | 15,848.13 | 15,848.13 |
| Outros credores | 743,165.55 | 852,801.18 |
| Credores por acréscimos de gastos | | |
| Pessoal | 54,568.26 | 36,720.30 |
| Juros - partes relacionadas (Nota 25) | 7,337.27 | 14,602.56 |
| Outros | <u>4,165.48</u> | <u>4,129.27</u> |
| | <u>825,084.69</u> | <u>924,101.44</u> |

O valor registado na rubrica de "Outros credores" no montante de 743.165,55 Euros em 31 de dezembro de 2020 (852.801,18 Euros em 31 de dezembro de 2019) corresponde, essencialmente, a valores a pagar às Companhias de Seguros no âmbito da normal atividade da Empresa, cujo pagamento só ocorrerá mediante recebimento do prémio de resseguro (Nota 8).

M. J. Costa *M. J. Costa*
 4el
 n

16 LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com a atividade operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|-----|-------------------------|-------------------------|
| N+1 | 1,293.06 | 8,438.13 |
| N+2 | - | 8,438.13 |
| N+3 | - | 6,282.88 |
| N+4 | - | 433.77 |
| | <u>1,293.06</u> | <u>23,592.90</u> |

O valor das rendas incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, associadas a estes contratos, ascendeu a 4.839,44 Euros e 8.453,03 Euros, respetivamente (Nota 18).

17 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor das Vendas e prestação de serviços ascendeu a 413.791,40 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (345.017,17 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019), decorrentes da normal atividade da Empresa. Este valor respeita integralmente a comissões obtidas na atividade de resseguro (Nota 26).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe de "Fornecimentos e serviços externos" é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Deslocações e estadas | 11,787.55 | 36,732.14 |
| Comunicações | 2,718.44 | 1,457.66 |
| Despesas de representação | 1,360.35 | 825.47 |
| Trabalhos especializados | 20,940.52 | 11,581.93 |
| Contencioso e notariado | 867.00 | 3,620.33 |
| Rendas e alugueres (Nota 16) | 4,839.44 | 8,453.03 |
| Seguros | 4,740.29 | 4,808.21 |
| Outros | <u>3,054.95</u> | <u>13,994.04</u> |
| | <u>50,308.54</u> | <u>81,472.81</u> |

19 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe de "Gastos com o pessoal" é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Remunerações | 190,201.67 | 155,612.01 |
| Encargos sobre remunerações | 43,293.26 | 32,753.34 |
| Seguros | 5,550.25 | 3,772.56 |
| Gastos com ação social | 754.87 | 230.22 |
| Outros | <u>16,179.88</u> | <u>259.20</u> |
| | <u>255,979.93</u> | <u>192,627.33</u> |

Durante o exercício de 2020, o número médio de funcionários foi de 4 colaboradores.

20 PROVISÕES E IMPARIDADES

A rubrica de "Provisões e Imparidades" apresenta o valor de 97.492 euros durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que corresponde integralmente ao saldo com o cliente "Global Seguros – Companhia Angolana de Seguros, SA" que se confirmou como não recuperável durante o exercício de 2020.

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Rendimentos suplementares | 6.83 | 12,033.80 |
| Diferenças de câmbio | 978.18 | 5,842.35 |
| Outros | <u>372.51</u> | <u>616.66</u> |
| | <u>1,357.52</u> | <u>18,492.81</u> |

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

M. J. P. S.
M. J. P. S.
n
4/11

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de "Outros gastos e perdas" é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| Impostos | 243.60 | 90.17 |
| Taxas | 402.00 | 624.39 |
| Diferenças de câmbio | 13,832.75 | 16,496.74 |
| Outros gastos | <u>3,235.12</u> | <u>151,536.56</u> |
| | <u>17,713.47</u> | <u>168,747.86</u> |

A rubrica de "Outros gastos" corresponde, essencialmente, à regularização de saldos de clientes que se vieram a confirmar como não recuperáveis durante os exercícios de 2020 e 2019.

23 JUROS E GASTOS SUPORTADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica de "Juros e gastos suportados" é detalhado como se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Juros suportados (Nota 25) | <u>10,106.41</u> | <u>18,794.87</u> |
| | <u>10,106.41</u> | <u>18,794.87</u> |

24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e em 2019 é detalhado conforme se segue:

| | <u>31.dezembro.2020</u> | <u>31.dezembro.2019</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Imposto corrente | 1,919.42 | 3,439.85 |
| (Excesso) / insuficiência estimativa imposto | <u>231.49</u> | <u>(1.49)</u> |
| | <u>2,150.91</u> | <u>3,438.36</u> |

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A reconciliação detalhada de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 pode ser detalhada como segue:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and initials 'n' and '(P)' on the right.

| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
|---|--------------------|--------------------|
| Resultado antes de impostos | (16,451.43) | (98,132.89) |
| Benefícios fiscais | 100.00 | (5,293.15) |
| Encargos não dedutíveis | 1,048.10 | 5,543.01 |
| Lucro / (Prejuízo) fiscal | <u>(15,303.33)</u> | <u>(97,883.03)</u> |
| Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos | 15,303.33 | 97,883.03 |
| Taxa de imposto sobre o rendimento | 21.00% | 21.00% |
| Insuficiência/excesso estimativa imposto | 231.49 | (1.49) |
| Tributação autónoma | 1,919.42 | 3,439.85 |
| Total do imposto sobre o rendimento do exercício | <u>2,150.91</u> | <u>3,438.36</u> |

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é detalhado como se segue:

| 31.dezembro.2020 | | | 31.dezembro.2019 | | |
|--------------------------------------|-------------------|--------------------------|--------------------------------------|-------------------|--------------------------|
| Ano geração | Valor | Ano Limite de utilização | Ano geração | Valor | Ano Limite de utilização |
| Gerados após a saída no RETGS | | | Gerados após a saída no RETGS | | |
| 2016 | 148,795.26 | 2030 | 2016 | 148,795.26 | 2030 |
| 2019 | 97,883.03 | 2026 | 2019 | 97,883.03 | 2026 |
| 2020 | 15,303.33 | 2030 | | | |
| Total | <u>261,981.62</u> | | Total | <u>246,678.29</u> | |

25 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser detalhados como segue:

| Transações | Juros suportados | | Compras e serviços recebidos | |
|----------------------------|--------------------------------|-------------------|------------------------------|------------------|
| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
| Accionistas | 10,106.25 | 18,794.77 | - | - |
| Outras partes relacionadas | - | - | 42,815.59 | 42,815.59 |
| | <u>10,106.25</u> | <u>18,794.77</u> | <u>42,815.59</u> | <u>42,815.59</u> |
| | Vendas e prestação de serviços | | Outros Rendimentos | |
| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
| Outras partes relacionadas | 15,715.45 | 243,869.65 | 6.83 | 11,972.59 |
| | <u>15,715.45</u> | <u>243,869.65</u> | <u>6.83</u> | <u>11,972.59</u> |

Handwritten signatures and initials:
 [Signature] [Signature] [Initials]

| Saldos | Contas a receber | | Contas a pagar | |
|----------------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
| Accionistas | - | - | 23,185.40 | 14,602.56 |
| Outras partes relacionadas | 96,970.76 | 509,756.18 | 192.67 | 15,972.79 |
| | <u>96,970.76</u> | <u>509,756.18</u> | <u>23,378.07</u> | <u>30,575.35</u> |

| | Empréstimos obtidos | | Empréstimos concedidos | |
|-------------|---------------------|-------------------|------------------------|------------------|
| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
| Accionistas | 300,000.00 | 790,000.00 | 2,000.00 | 2,000.00 |
| | <u>300,000.00</u> | <u>790,000.00</u> | <u>2,000.00</u> | <u>2,000.00</u> |

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 tem a seguinte composição:

| | 31.dezembro.2020 | 31.dezembro.2019 |
|----------------------|-------------------|------------------|
| Remuneração fixa | 89,978.80 | 87,869.85 |
| Remuneração variável | 18,232.28 | 10,104.16 |
| | <u>108,211.08</u> | <u>97,974.01</u> |

Em 2020 e 2019, não foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

26 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os contratos de suprimentos e operações financeiras celebrados com acionistas foram detalhados como se segue:

Suprimentos

| Posição credora | 01.janeiro.2020 | Aumentos | Diminuições | 31.dezembro.2020 |
|-----------------|-------------------|----------|-------------|-------------------|
| MDS África SGPS | 300,000.00 | - | - | 300,000.00 |
| | <u>300,000.00</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>300,000.00</u> |

Suprimentos

| Posição credora | 01.janeiro.2019 | Aumentos | Diminuições | 31.dezembro.2019 |
|-----------------|-------------------|----------|-------------|-------------------|
| MDS África SGPS | 300,000.00 | - | - | 300,000.00 |
| | <u>300,000.00</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>300,000.00</u> |

Operações Financeiras

| Posição credora | 01.janeiro.2020 | Aumentos | Diminuições | 31.dezembro.2020 |
|------------------------|------------------------|-----------------|--------------------|-------------------------|
| MDS África SGPS | 490,000.00 | 280,000.00 | (770,000.00) | - |
| | 490,000.00 | 280,000.00 | (770,000.00) | - |

Operações Financeiras

| Posição credora | 01.janeiro.2019 | Aumentos | Diminuições | 31.dezembro.2019 |
|------------------------|------------------------|-----------------|--------------------|-------------------------|
| MDS África SGPS | 190,000.00 | 860,000.00 | (560,000.00) | 490,000.00 |
| | 190,000.00 | 860,000.00 | (560,000.00) | 490,000.00 |

Norma regulamentar nº 13/2020-R, de 30 de dezembro, art.51º, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração**

Informação incluída na Nota 3.8 – Rédito e Especialização dos exercícios

b) Total das remunerações faturadas desagregadas por natureza e por tipo

| Por natureza | Remunerações (€) | |
|--------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2019 |
| Numerário | 413.791,40 | 345.017,17 |
| TOTAL | 413.791,40 | 345.017,17 |

| Por tipo | Remunerações (€) | |
|---------------------|------------------------|------------------------|
| | 31 de dezembro de 2020 | 31 de dezembro de 2019 |
| Comissões | 413.791,40 | 345.017,17 |
| Outras Remunerações | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 413.791,40 | 345.017,17 |

c) Total das remunerações faturadas relacionadas com Contratos de Resseguro

| Remunerações 2020 (€) | | | | | |
|-----------------------|-------------------|-----------|----|---------------|------|
| Cod.ASF | Fundos de Pensões | Ramo Vida | % | Ramo Não Vida | % |
| 9999 | 0,00 | 0,00 | 0% | 413.791,40 | 100% |
| | 0,00 | 0,00 | 0% | 413.791,40 | 100% |

| Remunerações 2019 (€) | | | | | |
|-----------------------|-------------------|-----------|----|---------------|------|
| Cod.ASF | Fundos de Pensões | Ramo Vida | % | Ramo Não Vida | % |
| 9999 | 0,00 | 0,00 | 0% | 345.017,17 | 100% |
| | 0,00 | 0,00 | 0% | 345.017,17 | 100% |

Handwritten signatures and initials: "fpos", "mi", and "PI" with a checkmark.

d) Níveis de concentração das remunerações faturadas pela carteira

| Por entidade (origem) | 2020 | Peso % | 2019 | Peso % |
|------------------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| ED Broking | 216,951.02 € | 52.43% | 154,035.55 € | 44.65% |
| AIG Europe Limited | 88,259.89 € | 21.33% | 73,090.16 € | 21.18% |
| Swiss RE | 11,630.09 € | 2.81% | 23,980.14 € | 6.95% |
| Munich RE | 903.76 € | 0.22% | 18,641.76 € | 5.40% |
| AIG Africa Sul | - € | 0.00% | 10,387.50 € | 3.01% |
| Dual Corporate Risk | - € | 0.00% | 5,071.79 € | 1.47% |
| ANV Global Service | - € | 0.00% | 3,791.14 € | 1.10% |
| SCOR Global P&C SE | 5,084.44 € | 1.23% | 1,242.01 € | 0.36% |
| Africa RE | 5,392.64 € | 1.30% | 811.80 € | 0.24% |
| Mapfre RE | 664.68 € | 0.16% | 664.67 € | 0.19% |
| CICA RE | 8,407.45 € | 2.03% | - 899.56 € | -0.26% |
| EMERITUS | 7,945.30 € | 1.92% | - 1,478.50 € | -0.43% |
| ENHL | 6,763.91 € | 1.63% | - € | 0.00% |
| Willis International Limited | 20,393.18 € | 4.93% | - € | 0.00% |
| HANNOVER RE | 8,053.60 € | 1.95% | - € | 0.00% |
| KLAPTON | 2,245.22 € | 0.54% | - € | 0.00% |
| WAICA | 3,878.98 € | 0.94% | - € | 0.00% |
| NCA | 679.15 € | 0.16% | - € | 0.00% |
| CONTINENTAL | 2,322.96 € | 0.56% | - € | 0.00% |
| H OLLARD | 1,116.33 € | 0.27% | - € | 0.00% |
| TUNIS | 226.81 € | 0.05% | - € | 0.00% |
| SCR | 344.47 € | 0.08% | - € | 0.00% |
| ONE | 797.38 € | 0.19% | - € | 0.00% |
| IGI | 1,687.32 € | 0.41% | - € | 0.00% |
| Kenya Re | 4,327.39 € | 1.05% | - € | 0.00% |
| sub-total | 398,075.95 € | 96.20% | 289,338.46 € | 83.86% |
| Outros | 15,715.45 € | 3.80% | 55,678.71 € | 16.14% |
| Total | 413,791.40 € | 100.00% | 345,017.17 € | 100.00% |

e) Valores das contas "clientes"

| Contas "clientes" | 31 de Dezembro de 2020 (€) | 31 de Dezembro de 2019 (€) |
|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Início exercício | 351,41 | 18 009,42 |
| Final do exercício (Nota 4) | 12 264,99 | 351,41 |
| Volume movimento do exercício | | |
| A débito | 574 391,48 | 593 885,17 |
| A crédito | 562 477,90 | 611 543,18 |

f) Valores das contas "clientes"

| Contas "clientes" | 31 de dezembro de 2020 (€) | 31 de dezembro de 2019 (€) |
|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Início exercício | 351,41 | 18 009,42 |
| Final do exercício (Nota 4) | 12 264,99 | 351,41 |
| Volume movimento do exercício | | |
| A débito | 574 391,48 | 593 885,17 |
| A crédito | 562 477,90 | 611 543,18 |

g) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

| Por entidade (origem) | Saldo em 31 de dezembro de 2020 (€) | |
|--|-------------------------------------|-------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar |
| Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários | | |
| Empresas de seguros | 1 227 191,51 | 54 422,25 |
| Empresas de Resseguros | 163,76 | 497 586,90 |
| TOTAL | 1 227 355,27 | 552 009,15 |
| Por entidade (origem) | Saldo em 31 de dezembro de 2019 (€) | |
| | Contas a receber | Contas a pagar |
| Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários | | |
| Empresas de seguros | 1 539 079,94 | 2 612,41 |
| Empresas de Resseguros | | 847 057,04 |
| TOTAL | 1 539 079,94 | 849 669,45 |

h) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

| Por natureza | Saldo em 31 de dezembro de 2020 (€) | |
|--|-------------------------------------|-------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar |
| Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros | -0,00 | -0,00 |
| Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros | 1 227 355,27 | 552 009,15 |
| TOTAL | 1 227 355,27 | 552 009,15 |

| Por natureza | Saldo em 31 de dezembro de 2019 | |
|--|---------------------------------|-------------------|
| | Contas a receber | Contas a pagar |
| Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros | - | - |
| Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros e resseguros | 1 539 079,94 | 849 669,45 |
| TOTAL | 1 539 079,94 | 849 669,45 |

i) Análise da idade das contas a receber vencidas à data do relato em Euros

| Contas | 0 a 30 dias | 31 a 90 dias | + 90 dias | Total |
|----------------------------------|-------------|--------------|------------|--------------|
| Clientes Gerais - sem imparidade | 466 645,91 | 280 997,97 | 382 055,63 | 1 129 699,51 |

j) Garantia Bancária

A sociedade dispõe de garantia bancária na Caixa Geral de Depósitos, SA para cobertura de responsabilidades até ao montante de 37.520 € (Mediação Seguros: 18.760€; Resseguro: 18.760€). Em 2019 a garantia bancária era no montante de 37.520 €.

k) Transmissões de carteiras de seguros em que tenha participado durante o exercício, com indicação dos valores envolvidos

Não aplicável

l) Contratos cessados com empresas de seguros nos termos do artigo 55.º do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros e indicação de eventuais indemnizações de clientela

Não aplicável

m) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

Prestação do serviço de mediação de resseguros**a) Valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança**

Durante o exercício de 2020, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

b) Valor total dos fundos confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas

Não foram confiados pelos resseguradores, durante o ano 2020, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias.

27 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2020, e até à data, não se registaram quaisquer eventos ou circunstâncias que pudessem alterar ou pôr em risco a continuidade da atividade da MDS RE.

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2020, os honorários do Revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020.

28 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Contabilista Certificado,



(Marta Isabel Passos Brás)

O Conselho de Administração,



(José Manuel Queiróz Dias da Fonseca)



(João Manuel Pontes Alvardia)



(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.367.956,35 euros e um total de capital próprio de 232.078,46 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 18.602,34 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Verificamos que em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não procedeu à atualização cambial dos saldos em moeda estrangeira divulgados na Nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, o montante a receber de clientes com referência a 31 de dezembro de 2020 encontra-se sobreavaliado em, aproximadamente, 52.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Conforme é visível no anexo às demonstrações financeiras a Entidade tem diversos clientes no mercado angolano o que tem vindo a implicar a dilatação de prazos de realização dos ativos decorrentes da sua atividade operacional nomeadamente no que respeita a contas a receber de clientes (Nota 5) e acréscimos de rendimentos a receber (Nota 10), o que influencia de forma determinante as necessidades de fundo de maneo e a rentabilidade da operação da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13.º, 4150-146 Porto



IS 668746

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anexas a Empresa apresentou no exercício de 2020 e exercícios anteriores, resultados líquidos negativos significativos, que têm vindo a ser colmatados por concessões de prestações acessórias por parte da sua acionista. Adicionalmente, e apesar das demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 refletiriam capitais próprios positivos, a continuidade das operações da Empresa, pressuposto segundo o qual as demonstrações financeiras foram preparadas, bem com a realização dos seus ativos e liquidação dos seus passivos nos prazos e pelas quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2020, estão dependentes da manutenção do apoio do acionista da Empresa, bem como da concretização do plano de negócios da Empresa.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

Outras matérias

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas datada de 14 de julho de 2020 e incluíam uma reserva que não é aplicável ao exercício de 2020.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Exceto quanto aos possíveis efeitos e efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 21 de junho de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

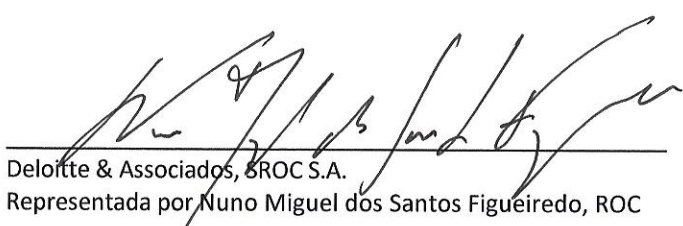
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma reserva, duas ênfases e um parágrafo de “Outras matérias”.

Face ao exposto, somos de opinião que, exceto quanto aos possíveis efeitos e efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” e tendo em consideração o descrito nas secções “Ênfase” e “Outras matérias” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 21 de junho de 2021


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

**MAKING AN
IMPACT THAT
MATTERS**

since 1845

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746